



## **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZONIA LEGAL CARTA DE BELÉM**

Os Governadores dos Estados da Amazônia Legal, reunidos no dia 12 de março de 2020, em Belém/PA, durante o 20º Fórum dos Governadores, apresentam à sociedade as deliberações do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal.

Ante o cenário de emergência sanitária, manifestamos nossa preocupação com advento do coronavírus (Covid-19), com suas potenciais consequências para a saúde da população. Frisamos a necessidade de ampliar a capacidade de resposta da rede de atenção à saúde e pleiteamos do Governo Federal o imediato aporte dos recursos para o custeio das ações emergenciais, a habilitação e imediata instalação adicional de 1000 leitos de UTI para reforço da rede de cuidados intensivos.

Nesse contexto de crise aguda que se impõe na pauta amazônica, nosso posicionamento é ainda mais exigido. Assim, reafirmamos a importância dos Estados amazônicos assumirem o protagonismo na implementação da regularização fundiária para o ordenamento e gestão territorial efetiva da Amazônia. Defendemos uma política pública estruturante para assegurar a justiça social e ambiental e a promoção do desenvolvimento econômico da Amazônia Legal, especialmente como estratégia para combate integrado e cooperativo às queimadas e desmatamento ilegais. Apoios importantes como das Forças Armadas nas áreas federais e interlocução com INCRA, cartórios, FUNAI, SPU, ICMBIO são essenciais para o avanço que necessitamos.

Ressaltamos que a atuação integrada e cooperativa somente se perenizará com novos aportes de recursos para viabilizar a floresta como ativo econômico dos Estados. Neste sentido, além do restabelecimento do fluxo do Fundo Amazônia, pleiteamos a prioridade para o Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Combate ao Desmatamento que será apresentado ao *Green Climate Fund*, e do Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais da Amazônia Legal 2020, orientados pelas diretrizes do Pró-Amazônia, programa que norteia a consolidação das agendas comuns de prevenção e combate ao desmatamento ilegal, proteção e valorização do bioma. É ainda, essencial a regulamentação do art. 41 do Código Florestal e do art. 6º do Acordo de Paris, para que



haja segurança jurídica para pagamentos de serviços ambientais. Defendemos a instalação da CONAREDD+, com garantia da representatividade dos Estados da Amazônia Legal, mediante indicação dos próprios estados.

Priorizaremos, em relação à Rede de Infraestrutura e Logística de Transporte da Amazônia, os projetos de acordo com o seu grau de maturidade e relevância estratégica para o desenvolvimento econômico e social da região. O Consórcio irá coordenar a contratação dos estudos (EVTEA, EIA/RIMA), como forma de unificar e padronizar o desenvolvimento dos projetos. Destaca-se ainda o projeto de harmonização tributária para a Amazônia Legal, reafirmando nosso compromisso de tornar a região mais atrativa e competitiva, melhorando o ambiente de negócios.

Destacamos, entre as ações prioritárias: na área da educação, o projeto “Alfabetização e Aprendizagem na Idade Certa”; na área da saúde, a implantação de compras compartilhadas de medicamentos de alto custo (economia de escala); na área de tecnologia da informação, a integração de sistemas, banco de dados e governança; e, na área de segurança, o Programa Tático Operacional de Articulação Interestadual em Segurança.

Por fim, ressaltamos a imperatividade do respeito à Amazônia Legal e seus cidadãos como titulares de direitos e garantias, de forma a promover o efetivo desenvolvimento sustentável da Brasil.

WALDEZ GÓES  
Governador do Estado do Amapá

HELDER BARBALHO  
Governador do Estado do Pará

FLÁVIO DINO  
Governador do Estado do Maranhão

MAURO MENDES  
Governador do Estado de Mato Grosso

ANTONIO DENARIUM  
Governador do Estado do Roraima

CARLOS ALMEIDA FILHO  
Vice-Governador do Estado do Amazonas

WANDERLEI CASTRO  
Vice-Governador do Estado do Tocantins

MAJOR ROCHA  
Vice-Governador do Estado do Acre